

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0385 – 09/12 à 13/12/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do MPS*

Destaque da Semana

[TST declara legalidade de greve ambiental motivada por condições precárias em canteiro de obras](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/12/2024

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de duas construtoras de Guarapari (ES) que pretendiam descontar os dias de paralisação de trabalhadores que aderiram a uma greve motivada pelas más condições no ambiente de trabalho. Em razão da gravidade da situação, o movimento foi classificado como greve ambiental, que afasta as exigências formais da Lei de Greve.

Greve ambiental se dá em caso de riscos graves

Esse tipo de movimento, previsto na Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, ocorre quando os trabalhadores decidem paralisar as atividades por entenderem estar diante de grave e iminente risco à vida, à segurança, à saúde e à higiene.

No caso, os trabalhadores da Quality Construtora e Incorporadora Ltda. e da Brise Empreendimentos Ltda. pararam de trabalhar em 24/6/2024 por iniciativa própria. O motivo eram as precárias condições de higiene nos banheiros e no refeitório do canteiro de obras.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Reintegração de bancária que assumiu cargo em outro estado e publicou em rede social é revogada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/12/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de uma bancária contra decisão que revogou a ordem de sua reintegração ao Banco Bradesco S.A. e afastou a multa diária por não cumprimento da determinação. Ficou comprovado que ela se esquivava de voltar ao trabalho em Osasco (SP) por meio de diversos recursos, alegando continuar doente, quando já estava trabalhando para o Estado da Bahia.

[Banco tem recurso rejeitado porque custas foram pagas por outra empresa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/12/2024

As custas processuais devem ser pagas pela parte que figura na ação, não se admitindo que o pagamento seja feito por quem não faz parte do processo. Esse foi o entendimento que a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho utilizou para rejeitar o recurso interposto pelo Banco Santander S.A em ação trabalhista ajuizada por uma bancária de Nhandeara (SP).

[Lavador de carros não receberá adicional de insalubridade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/12/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a condenação da Vitalizar Lavagem de Veículos Ltda., de Uberlândia (MG), ao pagamento de adicional de insalubridade a um lavador de carros. O entendimento do TST sobre o tema é que

o manuseio de produtos de limpeza que contenham álcalis cáusticos não caracteriza atividade insalubre quando não se tratar de produto em sua composição bruta, como no caso.

[Plataforma de vendas é multada por insistir em recorrer contra responsabilidade subsidiária](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/12/2024

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame de recurso da MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda. (Mercado Livre) contra sua responsabilização subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas a um entregador da R3 Express Serviços de Entrega Ltda., de Diadema (SP). Ao insistir injustificadamente em ter seu caso examinado pelo TST, a empresa recebeu multa de 2%.

[Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprova projeto sobre competência da Justiça do Trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/12/2024

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (11), projeto de lei que explicita a competência da Justiça do Trabalho para julgar ações que envolvam qualquer relação de trabalho, e não somente as definidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

[Presidente do TST destaca competência da Justiça do Trabalho em reunião da Comissão de Trabalho da Câmara](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/12/2024

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou, nesta quarta-feira (11), de reunião da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Na ocasião, o ministro defendeu a competência constitucional da Justiça do Trabalho para julgar os conflitos decorrentes das relações de trabalho, e não somente das relações de emprego.

[TST promove curso para racionalizar uniformização de jurisprudência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/12/2024

Unificar o entendimento entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) sobre a admissibilidade dos recursos de revista. Com este objetivo, o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, presidente do TST, abriu nesta terça-feira (10) o primeiro curso de capacitação destinado a servidores e servidoras responsáveis pela análise preliminar desses recursos nos TRTs.

[2ª edição da revista do programa Trabalho Seguro reúne 13 artigos sobre saúde e segurança no trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/12/2024

O presidente do TST e do CSJT, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, destacou a importância da dignidade do trabalhador como um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Em seu discurso, ele ressaltou o objetivo da revista. “Esta publicação visa atingir a sociedade, especialmente os outros poderes, para que contribuam na criação de políticas públicas para a saúde e segurança no trabalho”, disse.

[TST julgará recursos repetitivos sobre pejetização e terceirização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/12/2024

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (SDI-1) acolheu na última quinta-feira (5), dois novos Incidentes de Recursos de Revista Repetitivos (IRRs), que irão estabelecer diretrizes sobre temas de impacto nas relações trabalhistas. Os temas envolvem terceirização e pejetização.

[Dispensa de eletricitista por critério baseado em idade é considerada discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/12/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE) a pagar remuneração em dobro do período de afastamento a um eletricitista de São Francisco de Paula (RS) demitido por critério de idade. De acordo com o colegiado, a demissão foi discriminatória.

[Novo emprego não afasta direito de instalador à estabilidade acidentária de 12 meses](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/12/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito à indenização substitutiva da estabilidade acidentária de 12 meses a um instalador da WDM Telecom que pediu demissão e conseguiu novo emprego dentro desse período. Segundo o colegiado, a obtenção de novo posto não significa que ele renunciou ao direito.

Notícias do Executivo

[Lançamento da Mesa Tripartite da Construção Civil na Bahia reforça compromisso com segurança e trabalho digno](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 13/12/2024

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia (SRTE/BA) foi palco, no último dia 11 de dezembro, do lançamento e instalação da Mesa Tripartite da Construção Civil no estado. A iniciativa pioneira reuniu a Superintendente Regional do Trabalho e Emprego na Bahia, Fátima Freire, e representantes de sindicatos de trabalhadores e empregadores: SINICON, SINTRACOM, SINTEPAV, SINDUSCON e FE-TRACOM/BASE.

[Seminário debate soluções para a inclusão produtiva dos jovens](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/12/2024

“Investir atualmente em políticas como a Lei da Aprendizagem (Lei N° 10.097/00) é um dos caminhos para evitar a escassez de mão-de-obra qualificada no futuro. Compreender essa necessidade e as desigualdades estruturais do país pode ser a chave para inclusão socioeconômica e a porta de saída de programas assistenciais”. Essa foi uma das conclusões do seminário “Juventude em Movimento: Caminhos de pós-aprendizagem e tendências da intermediação para o mercado de trabalho”, uma iniciativa do Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes, uma ação conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O evento ocorreu no dia 6 de dezembro desse ano, na Ambev, em São Paulo.

[23ª reunião da Comissão Tripartite Paritária Permanente define novas regras de segurança e saúde no trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/12/2024

Ob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), foi realizada, no dia 11 de dezembro, a 23ª Reunião da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP). Composta por representantes dos empregadores, trabalhadores e governo, a CTPP desempenha um papel fundamental na prevenção de acidentes e doenças do trabalho, além de contribuir para a atualização e aprimoramento das Normas Regulamentadoras (NRs) do MTE.

[RAIS 2023 revela estoque de 54,7 milhões de vínculos ativos no Brasil](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/12/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego apresentou nesta quinta-feira (12) os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2023, que incluem os resultados do setor público e privado ao longo do ano. Ao todo, 4.561.556 estabelecimentos informaram o quadro de empregados, consolidando o panorama do mercado de trabalho formal no Brasil.

[MTE resgata 36 trabalhadores em condições análogas à escravidão na Paraíba](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 10/12/2024

Entre os dias 2 e 11 de dezembro, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgatou 36 trabalhadores em condições análogas à escravidão nos municípios de Mamanguape e João Pessoa, na Paraíba. A operação, coordenada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), envolveu inspeções nas áreas rurais e urbanas dessas cidades. A ação contou com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Defensoria Pública da União (DPU) e da Polícia Federal (PF).

[Brasil se destaca na Aliança 8.7 pelo combate ao trabalho forçado](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 10/12/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), representado pelo auditor-fiscal do Trabalho Guilherme Candemil, participou da reunião da Aliança 8.7, realizada de 3 a 6 de dezembro em Turim, Itália. O evento, sediado no Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reforçou o protagonismo do Brasil como um dos países pioneiros da iniciativa e integrante de sua coordenação global,

consolidando seu compromisso com a erradicação do trabalho forçado, do trabalho infantil e do tráfico de pessoas.

[Aprendizagem profissional bate recorde: mais de 647 mil jovens no mercado de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 10/12/2024

O número de jovens inseridos no mercado de trabalho por meio da aprendizagem alcançou 647.469 em outubro, o maior registro desde a implementação da Lei 10.097/00. De janeiro a outubro deste ano, foram contratados 91.621 jovens aprendizes, representando um crescimento de 12,29% em relação ao mesmo período de 2023, quando foram registrados 81.580 ingressos. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

[MTE lança nova plataforma de atendimento ao público](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 09/12/2024

O MTE disponibilizará no primeiro semestre de 2025 a Plataforma Unificada de Atendimento, a UNA, para todas as unidades da federação. O instrumento foi idealizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para facilitar o acesso aos serviços prestados pelas Superintendências, Gerências e Agências Regionais do Trabalho e Emprego. A UNA será iniciada por meio de projeto-piloto a partir de 11 de dezembro no estado do Rio de Janeiro, onde os cidadãos poderão solicitar seus atendimentos por meio da UNA.

[Anuário Estatístico da Previdência Social 2023 já está disponível para consulta](#)

Ministério da Previdência Social - 11/12/2024

O Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) 2023 já está disponível no portal do Ministério da Previdência Social (MPS) o [Anuário Estatístico da Previdência Social \(AEPS\) de 2023](#). O AEPS é uma publicação anual que contém os grandes números relacionados ao RGPS, benefícios assistenciais e especiais administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

[CTPP estabelece calendário e pautas para 2025](#)

Fundacentro - 12/12/2024

A última reunião da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) ocorreu em Brasília/DF nos dias 10 e 11 de dezembro de 2024. Os representantes de Governo, Trabalhadores e Empregadores discutiram, entre outras questões, as Normas Regulamentadoras 6 (Equipamento de Proteção Individual - EPI), 12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos) e seu Anexo X (Máquinas para fabricação de calçados e afins) e 22 (Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração). Também foram definidos o calendário de reuniões e as pautas para 2025. Realizou-se ainda um balanço de todos os grupos de trabalho da CTPP

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT-SP atua contra instituição de saúde que negligencia proteção às funcionárias lactantes](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/12/2024

O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” – CEJAM, organização social (OS) responsável por diversas unidades de saúde do Estado de São Paulo, foi condenado em primeira instância por submeter empregadas lactantes que amamentam seus bebês após os seis primeiros meses de vida, a trabalho presencial em ambiente insalubre.

[Parceria entre MPT e CNDH fortalece promoção dos direitos humanos](#)

Ministério Público do Trabalho - 12/12/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) assinou nesta quinta-feira (12.12) memorando de entendimento com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) para fortalecer a parceria entre as duas instituições. A assinatura ocorreu durante a 85ª Reunião Ordinária do CNDH, realizada na sede do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), em Brasília.

[MPT no Pará realiza audiência coletiva dentro do Projeto Nacional de Combate aos Atos Antissindicais](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/12/2024

Uma audiência coletiva foi realizada na última quinta-feira (5), na sede do Ministério Público do Trabalho PA-AP, em Belém. O evento faz parte do Projeto Nacional de

Combate aos Atos Antissindicais, com o recorte específico para as condutas praticadas contra trabalhadores no exercício da representação de interesses profissionais.

[Sindicalismo é tema de reunião entre MPT-SE e Departamento de Trabalho dos EUA](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/12/2024

O Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE), através do Projeto “Sindicalismo e Juventude”, o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos da América (USDOL) e a secretaria de Cooperação Internacional Trabalhista da Procuradoria Geral do Trabalho (PGT) se reuniram para discutir experiências envolvendo o sindicalismo. A reunião aconteceu na última sexta-feira (6), de forma virtual, e teve como intuito o estreitamento de relações internacionais para a promoção de campanhas de incentivo à participação dos jovens e trabalhadores no movimento sindical.

[MPT-PE fala sobre importância da aprendizagem em evento do Senac](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/12/2024

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE), representado pela coordenadora regional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), Jailda Pinto, prestigiou o Senac Conceta, evento, promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que tem como intuito aproximar as empresas do comércio do Programa de Aprendizagem do Senac. O encontro, realizado pelo terceiro ano consecutivo, reuniu aprendizes, além de empresas do segmento de Comércio, Bens, Serviços e Turismo, em ações simultâneas, nos municípios de Recife, Petrolina, Vitória, Garanhuns e Serra Talhada, no último dia 3 de dezembro.

[MPT-MT participa da abertura de seminário sobre trabalho escravo](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/12/2024

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) participou, na última quarta-feira (4), da abertura do seminário “Trabalho Escravo Contemporâneo e suas Interseccionalidades: Um Diálogo Necessário”. Promovido pelo Projeto Ação Integrada – Mato Grosso (PAI/MT), em parceria com a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo em Mato Grosso (Coetrae-MT), com o Grupo de Pesquisa sobre Meio Ambiente do Trabalho da Universidade Federal de Mato Grosso (GPMAT-UFMT) e com o Conselho Estadual de Direitos Humanos de Mato Grosso (CEDH-MT).

Outras Notícias

[Declaração de horas não vale como atestado médico e cabe justa causa](#)

Consultor Jurídico - 15/12/2024

A Justiça do Trabalho manteve a justa causa aplicada por uma empresa do ramo de design a um empregado que faltou ao trabalho por três vezes em menos de um mês sem justificativa válida, apresentando somente declaração de horas em unidades de saúde. A decisão é dos julgadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) e confirma sentença oriunda da 5ª Vara do Trabalho de Contagem.

[Contrato de trabalho intermitente é constitucional, decide Supremo](#)

Consultor Jurídico - 14/12/2024

O contrato de trabalho intermitente não fragiliza as relações de emprego, nem ofende o princípio da vedação ao retrocesso, representando inovação que pode resultar em oportunidades e benefícios ao trabalhador e ao empregador. O entendimento é do Supremo Tribunal Federal, que considerou constitucional o contrato de trabalho intermitente, inserido na Consolidação das Leis do Trabalho pela reforma trabalhista de 2017.

[TRT-17 ordena reintegração de bancário demitido por etarismo](#)

Consultor Jurídico - 14/12/2024

A natureza discriminatória da dispensa por etarismo foi reconhecida pela 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES), que determinou a nulidade da rescisão do contrato de trabalho e a reintegração imediata, sob pena de multa de R\$ 1.000 por dia, revertidos ao trabalhador, em caso de descumprimento. Deverão ser pagos todos os direitos trabalhistas correspondentes ao período em que ficou afastado.

[Para TRT-1, não há ilicitude em terceirização se não for comprovada subordinação](#)

Consultor Jurídico - 13/12/2024

A terceirização de serviços entre empresas não é ilícita, a não ser quando fica comprovada a subordinação em relação à tomadora. Não sendo esse o caso, não há dever de indenizar os contratados. Com esse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) indeferiu um recurso do Ministério Público do Trabalho contra uma empresa de serviços financeiros e de crédito.

[Leis esparsas podem regular trabalhos e frear judicialização, diz ministro](#)

Consultor Jurídico - 13/12/2024

A Consolidação das Leis do Trabalho cumpre seu papel, mas precisa de atualização. A existência do arcabouço não afasta a necessidade de leis esparsas, que poderiam regular cada profissão especificamente, a fim de evitar a judicialização excessiva no campo do trabalho. Essa é a percepção do ministro do Tribunal Superior do Trabalho Sergio Pinto Martins, que concedeu entrevista à série Grandes Temas, Grandes Nomes do Direito.

[IRDR deve dar diretrizes claras a dissídios coletivos](#)

Consultor Jurídico - 12/12/2024

Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) são mecanismos processuais que visam a uniformizar a interpretação para questões de direito que se repetem em múltiplos processos, evitando decisões conflitantes e gerando precedentes vinculantes para as instâncias inferiores.

[Presidente do TRT-15 quer processo mais racional e aplicação de precedentes qualificados](#)

Consultor Jurídico - 12/12/2024

Empossada presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo), um dos maiores do país, a desembargadora Ana Paula Lockmann quer racionalizar a gestão processual por meio da aplicação de precedentes qualificados, o que deve, na ponta, enxugar a litigiosidade, problema recorrente no Judiciário brasileiro.

[Novidades para 2025 na sistemática de precedentes nos TRTs e TST](#)

Consultor Jurídico - 12/12/2024

Na semana passada, abordamos aqui nesta coluna as mudanças no tocante à admissibilidade do recurso de revista [1], em razão de Resolução nº 224, recém-editada pelo Plenário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), acerca da nova sistemática recursal trabalhista. Ocorre que, no mesmo dia 25 de novembro de 2024, outra normativa também foi publicada pelo Pleno do TST.

[Falta de provas impede caracterização de Covid-19 como doença ocupacional](#)

Consultor Jurídico - 11/12/2024

Por não ter havido exposição diferenciada ao vírus da Covid-19 no trabalho, nem ter sido comprovada falta da empresa quanto à adoção de medidas preventivas ao contágio, a 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) manteve sentença que negou danos morais e materiais à família de operador portuário morto em decorrência da doença. Segundo os magistrados, sem nexos causal comprovado, não há doença ocupacional.

[TRT-3: Empregada obtém rescisão indireta e indenização por ócio forçado](#)

Migalhas - 14/12/2024

Trabalhadora teve rescisão indireta do contrato após empresa de telemarketing mantê-la em ócio forçado durante 20 dias. Acórdão é da 11ª turma do TRT da 3ª região que identificou abuso de poder diretivo do empregador e também concedeu indenização por danos morais.

[STF: Ministros reafirmam licitude de terceirização e anulam vínculos](#)

Migalhas - 13/12/2024

O STF tem reforçado a licitude da terceirização de qualquer atividade econômica, ao anular decisões de TRTs que desconsideraram o entendimento da Corte sobre o tema. Em três decisões, assinadas pelos ministros Gilmar Mendes e Nunes Marques, foi reafirmada a tese fixada no Tema 725 da repercussão geral.

[TRT-1 majora para R\\$ 1 mi indenização por morte de empregado em obra de esgoto](#)

Migalhas - 12/12/2024

O TRT da 1ª região majorou a indenização em R\$ 1 milhão por danos morais a ser paga à companheira e à filha de um trabalhador vítima de acidente fatal em obra de esgotamento sanitário no Rio de Janeiro. 4ª turma concluiu que o acidente decorreu da ausência de segurança em atividade de risco.

[TRT-3: Declaração de comparecimento a hospital não vale como atestado](#)

Migalhas - 11/12/2024

O TRT da 3ª região manteve a justa causa aplicada a um empregado de uma empresa de design que se ausentou do trabalho três vezes em menos de um mês, sem apresentar justificativas aceitáveis. A decisão da 5ª turma confirma a sentença da 5ª vara do Trabalho de Contagem/MG.

[TRT-GO exclui condenação em acidente de trabalho por culpa exclusiva da vítima](#)

Revista Proteção - 11/12/2024

Em decisão unânime, a Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Goiás) reformou sentença da 1ª Vara do Trabalho de Goiânia que havia condenado solidariamente duas empresas a pagarem indenização por danos morais a um trabalhador, no valor de R\$ 300 mil, em decorrência de acidente de trabalho. A Turma excluiu a condenação após entender que houve culpa exclusiva da vítima no acidente, rompendo onexo causal necessário para a responsabilização das empresas.

[Diálogo social é fundamental para o desenvolvimento econômico e social e permite transições inclusivas, destaca relatório da OIT](#)

Organização Internacional do Trabalho - 11/12/2024

Um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) destaca a forma como o diálogo social pode permitir aos países buscar o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo que o progresso social, assegurando simultaneamente transições digitais e de baixo carbono justas e inclusivas.

[Reunião técnica aprova texto de Projeto de Lei sobre Recomendação da OIT para a promoção de ambiente de trabalho seguro e saudável para pessoas vivendo com HIV/AIDS](#)

Organização Internacional do Trabalho - 10/12/2024

A Recomendação No. 200 da OIT, sobre HIV e AIDS e o mundo do trabalho, esteve no centro de dois eventos que marcaram o Dia Mundial de Luta contra a AIDS, observado anualmente em 1º de dezembro, e debates sobre políticas públicas, não discriminação e criação de ambientes inclusivos e seguros para pessoas vivendo com HIV

[O profissional de SST e a gestão do tempo](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 11/12/2024

A gestão do tempo é fundamental para o bom cumprimento de todas as atribuições de maneira eficiente, e isso também se aplica ao profissional da área de SST (Segurança e Saúde no Trabalho). O tempo dedicado ao trabalho, quando mal gerido, gera lacunas e faz com que atividades importantes deixem de ser cumpridas, o que, no caso da Segurança e Saúde no Trabalho, pode aumentar os riscos de acidentes e falhas nas demais medidas de segurança – o que é gravíssimo.

Atos Normativos

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.242, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2024](#) (DOU de 09/12/2024 Seção I Pág. 115) - Define o prazo e as obrigações a serem cumpridas pelas instituições financeiras consignatárias acordantes que operarão a consignação de antecipação parcial do salário de benefício, com amortização sem cobrança de juros, aos beneficiários da Previdência Social, em decorrência da Instrução Normativa PRES/INSS Nº 175, de 28 de novembro de 2024.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.240, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024](#) (DOU de 12/12/2024 Seção I Pág. 93) - Dispõe sobre o Recibo Eletrônico de Serviços de Saúde - Receita Saúde.

RADAR
TRABALHISTA

Dados estatísticos do MPS

Quantidade de acidentes do trabalho, por situação do registro e motivo, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), no Brasil - 2021/2023:

CNAE	Total			Com CAT Registrada												Sem CAT Registrada		
				Total			Motivo											
	Típico						Trajeto			Doença do Trabalho								
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
4120	11.368	13.673	15.476	9.641	11.735	13.482	8.099	9.929	11.339	1.425	1.689	2.017	117	117	126	1.727	1.938	1.994
4211	2.548	3.120	4.198	2.186	2.689	3.777	1.927	2.362	3.276	248	309	483	11	18	18	362	431	421

4120 - Construção de Edifícios

4211 - Construção de rodovias e ferrovias

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho - 2023 / MPS

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula